



**Universidade de
Aveiro Ano
2023**

Departamento de Educação e Psicologia

**VICTOR ALFREDO
CAHALA**

**A inspeção da educação em Angola na perspetiva
de diretores de escolas**

**The inspection of education in Angola from the
perspective of head teachers**

Projeto de Doutoramento a ser apresentado em Prova Pública de Qualificação do Programa Doutoral em Educação, Ramo de Administração e Políticas Educacionais, sob orientação científica do Doutor José Alexandre da Rocha Ventura Silva, Professor Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro e coorientação científica da Doutora Diana da Silva Oliveira, Professora Auxiliar convidada da Universidade de Aveiro.

Índice

Resumo	iii
Abstract	iv
Linha de investigação do CIDTFF	v
Introdução	6
Estado da Arte	7
Objeto de estudo, problema de investigação, questões e objetivos	11
Descrição detalhada do plano do projeto	13
Estrutura da tese (provisória)	15
Cronograma	17
Referências bibliográficas.....	18
Apêndice.....	21

Resumo

A gestão escolar deve estar voltada para ações que visem a melhoria da qualidade do ensino. Esta tarefa não cabe apenas aos gestores ou aos professores, mas a todos os intervenientes do sistema educativo. Nesta perspetiva, a inspeção escolar assume um papel preponderante no alinhamento das políticas educativas voltadas para a gestão escolar que propiciem a aprendizagem dos alunos. Considerando que a ação inspetiva é essencial no acompanhamento, supervisão, avaliação e fiscalização das atividades educativas, importa fundamentar o seu papel a nível nacional e internacional. Este projeto visa analisar as representações de diretores de escolas secundárias sobre o trabalho inspetivo nas escolas do ensino público na província da Huíla (Angola) e propor recomendações para potenciar o trabalho conjunto e profícuo entre diretores e inspetores da educação. Do ponto de vista do enquadramento teórico, recorreremos à teoria da avaliação realista na sua perspetiva compreensiva e sinérgica que procura respostas para as seguintes questões: como e quando é que isto funciona e/ou não funciona, para quem, em que medida, em que aspetos, em que circunstâncias e com que duração. Ao surgimento da inspeção da educação em Angola e seu papel no sistema de organização, avaliação e fiscalização do sistema educativo. Metodologicamente, a investigação insere-se no paradigma interpretativo e assume uma natureza qualitativa, visto que procuraremos compreender e descrever as perceções dos diretores de escola sobre a atividade inspetiva em diferentes contextos escolares. Para o efeito, adotarse-á a abordagem de estudo de caso, do tipo multicase, por permitir compreender e descrever em profundidade um dado fenómeno. Os dados serão recolhidos através da pesquisa documental (legislação, fichas de visitas da inspeção, fichas de caracterização das escolas, documentos orientadores da vida da escola, como projeto educativo e regulamento interno), observação direta e inquérito por entrevista aos diretores das escolas referidas e aos inspetores. Espera-se que os resultados contribuam para uma reflexão mais alargada sobre o papel da atividade inspetiva nas escolas do ensino geral público, com vista à melhoria do sistema educativo, e da qualidade do ensino em particular.

Palavras – chave: escolas secundárias; inspeção escolar; diretores de escola; representações; avaliação realista.

Abstract

School management must focus on actions aimed at improving the quality of education. This task is not only up to managers or teachers, but to all players in the education system. In this perspective, the school inspection assumes a preponderant role in the alignment of educational policies aimed at school management that promote student learning. Considering that the inspection action is essential in the follow-up, supervision, evaluation, and supervision of educational activities, it is important to substantiate its role at national and international level. This project aims to analyze the representations of secondary school directors on inspection work in public schools in the province of Huíla (Angola) and propose recommendations to enhance joint and fruitful work between directors and education inspectors. From the point of view of the theoretical framework, we resort to the theory of realistic evaluation in its comprehensive and synergistic perspective that seeks answers to the following questions: how and when does this work and/or not work, for whom, to what extent, in what aspects, under what circumstances and for what duration. The emergence of education inspection in Angola and its role in the system of organization, evaluation, and supervision of the educational system. Methodologically, the investigation is part of the interpretative paradigm and assumes a qualitative nature since we will seek to understand and describe the perceptions of school directors about inspection activity in different school contexts. For this purpose, the case study approach, of the multicase type, will be adopted, as it allows for an in-depth understanding and description of a given phenomenon. Data will be collected through documentary research (legislation, inspection visit forms, school characterization forms, documents guiding school life, such as an educational project and internal regulations), direct observation and an interview with the directors of the schools mentioned and to the inspectors. It is hoped that the results will contribute to a broader reflection on the role of inspection activity in public general education schools, with a view to improving the educational system, and the quality of teaching in particular.

Keywords: secondary schools; school inspection; school directors; representations; realistic assessment.

Linha de investigação do CIDTFF

Esta investigação enquadra-se no eixo temático 3 “Qualidade e avaliação da educação, formação e investigação”, em articulação com o grupo de investigação 3 – “Políticas, Avaliação e Qualidade” do CIDTFF.

Introdução

O presente projeto emerge da experiência pessoal e profissional vivenciada pelo autor enquanto inspetor de educação na província da Huíla, Angola. A conciliação entre a experiência adquirida e a vontade de contribuir para a construção de conhecimento na área da administração e políticas educativas, impulsionou a realização de uma investigação com vista a acompanhar, compreender, apoiar e avaliar o funcionamento das escolas, com o intuito de contribuir para um ensino mais equitativo e de qualidade nas escolas angolanas. A figura de inspetor no contexto angolano ainda é percebida com muita reserva e apreensão pelos professores e diretores de escolas. Consideramos que é, também, com base na aproximação do inspetor à escola e na promoção de uma relação de cooperação que se contribui para obter resultados positivos e benéficos para a aprendizagem dos alunos. Com esta investigação pretende-se, a partir das representações sociais dos diretores, compreender qual é a importância da inspeção no sistema educativo angolano. Este trabalho de investigação visa contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a importância da ação inspetiva junto dos diretores das escolas públicas na Província da Huíla – Angola, de forma a auxiliar na tomada de decisões mais efetivas e mais próximas da realidade das escolas. Este projeto encontra-se estruturado nas seguintes partes: o estado da arte, onde se faz uma revisão de literatura sobre o tema; a identificação do objeto de estudo; a formulação da questão e objetivos que norteiam a investigação; a descrição pormenorizada da metodologia a ser adotada; a estrutura provisória da tese; e, por fim, o cronograma de investigação.

Estado da Arte

Considerando os atuais desafios que se afiguram nas sociedades com elevado desenvolvimento tecnológico, a globalização, as desigualdades sociais, pandemias, pobreza e conflitos, a educação emerge como meio estabilizador destes fenómenos. A educação constitui um direito de todos os humanos, ao abrigo do artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que afirma que:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar. O ensino elementar é obrigatório, o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (UNESCO, 2018, p. 7).

Em linha com a DUDH, a Constituição da República de Angola (2010) no seu artigo 79.º, assegura que “o estado promove o acesso a todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei”. Logo, a educação é uma prática social que deve ser vista e exercida com bastante responsabilidade pelos seus atores e deve merecer atenção de todos, professores, comunidade e diretores de escola. Sobre estes últimos recai uma obrigação maior por serem os principais gestores das escolas. Logo, numa ação de acompanhamento da aplicação das políticas educativas traçadas pelos estados, a inspeção é a figura que aparece com a missão de avaliar a qualidade das instituições e verificar a conformidade normativa (Ventura, 2006).

Segundo o mesmo autor, o que motivou a criação e desenvolvimento da inspeção em muitos países na Europa foi:

A diminuição dos recursos disponíveis, a redução dos investimentos estatais nos setores sociais, a maior visibilidade do funcionamento das instituições, a crescente vivência da cidadania, a outorga em graus variáveis de maior autonomia à dimensão local e uma maior pressão no sentido da prestação de contas (Ventura, 2006, p. 223).

Esta motivação teve e tem como base o maior e melhor acompanhamento do sistema organizacional das escolas com vista a prestar melhores serviços. Nogueira (2019) e Ventura (2006), afirma ainda que as inspeções têm uma missão vocacionada ao apoio, acompanhamento de todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, instrumentos de trabalho e na prestação de melhor serviço às instituições de ensino através de diálogo e aproximação à vida da escola. “...há também uma evolução de muitas inspeções no sentido de mudarem a sua imagem junto da opinião pública em geral e, em particular, das populações que integram os organismos objeto de inspeção. Pelo menos em termos discursivos, tentam passar a ideia de que pretendem agir como elementos facilitadores de melhoria através do encorajamento da capacidade local de mudança” (Martin, 2001, as cited in Ventura, 2006, p. 223).

Stufflebeam e Shinkfield (1993) fazem referência a uma outra missão importante da inspeção para além da de fiscalizar o sistema educativo, que tem que ver com a avaliação das escolas. Esta consubstancia-se no levantamento de informações sobre a atividade da escola, sobre a concretização dos planos traçados a fim de se tomar decisões que venham solucionar problemas, com vista a reconhecer o valor e mérito institucional.

Em Angola, procurou-se inserir esta figura inspetiva em 2009 com o programa de revitalização e reestruturação da inspeção, introduzindo o papel da avaliação participativa das instituições escolares como uma prática inovadora na missão da inspeção e como estratégia para o fortalecimento do sistema educativo nos seus distintos âmbitos e conseqüente melhoria da qualidade educativa (Marcelo et al., 2012).

De acordo com Lucas (2008), a inspeção da educação desempenha um papel direto na intervenção ativa da avaliação externa das organizações escolares, com missões de auditoria e de controlo do funcionamento do sistema educativo. A inspeção tem a atribuição de dar voz para assegurar a aplicação de toda a política educativa no âmbito das suas tarefas de controlo e de verificação do cumprimento da legislação em vigor, facto que, por sua vez, tem exigido o envolvimento

permanente da entidade inspetiva no reajustamento do seu modelo de atuação, que se tem vindo a configurar de acordo com os contextos vigentes da política educativa.

O surgimento da inspeção da educação em Angola ocorre no período colonial, época em que o sistema educativo estava sob controlo do Estado, Igreja e particulares, com enfoque para apenas uma classe social. Hoje, estas escolas prestam serviços de forma generalizada e equitativa para todos (Nóbrega, 2014).

De 1975 a 1982, depois da extinção do sistema educativo colonial, a educação passou a ser acompanhada e supervisionada por um órgão central do Setor da Educação denominado Centro de Investigação Pedagógica (CIP), com vista à nacionalização do ensino no país. Este órgão ministerial promoveu o primeiro curso de formação de inspetores da educação em 1982/1983, formando 122 inspetores oriundos de 17 das 18 províncias (não estando representada Lunda-Norte). Era, então, criada a Comissão Instaladora da Inspeção da Educação pelo Despacho n.º 11/83, de 14 de julho, do Gabinete do Ministério da Educação, e aprovado em Conselho de Ministros o novo estatuto do Ministério da Educação através do Decreto n.º 9/87, de 24 de janeiro.

Do ponto de vista político-normativo, à luz do Decreto n.º 222/20, de 28 de agosto, normativo que aprova o estatuto orgânico do Ministério da Educação, é reestruturada a Inspeção da Educação que passa a ser designada como Gabinete de Inspeção e Supervisão Pedagógica com a função de acompanhar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a atividade desenvolvida no sistema de educação, cuja missão incide nas escolas de ensino público, público-privado e privado. Com isto, torna-se mais abrangente a missão da inspeção e torna-se necessário que os diretores de escolas interajam constantemente com os inspetores e conheçam o valor e importância dessa missão, com vista à organização do sistema de ensino e à concretização das políticas educativas.

Para a organização das instituições de ensino e, conseqüentemente, para o desenvolvimento organizacional da escola, é importante a interação da intervenção inspetiva com os diretores, tendo em vista a cooperação e superação de obstáculos na forma de organização do trabalho, além de ser útil no fluxo de informações com os órgãos do estado para a tomada de decisões da vida das escolas (Lucas, 2008).

Além da interação com os diretores de escolas, com vista a garantir a organização administrativa e financeira, a intervenção inspetiva visa garantir também a qualidade das aprendizagens dos alunos, melhorar o trabalho docente, através de visitas constantes às escolas, com vista a observar, fiscalizar e acompanhar a atividade pedagógica. Tal como afirmam Clímaco (2002) e Nogueira (2019), a inspeção da educação tem a missão de assumir um papel de “agência de qualidade” que promove a qualidade da educação das instituições de ensino através da avaliação institucional.

Nogueira (2019), em sua tese “Inspeção da Educação em Portugal: um estudo com base nas perceções de diretores de escolas públicas”, faz um enquadramento mais estruturalista e funcional da inspeção da educação em Portugal, enquanto serviço central do Ministério da Educação, especificamente na sua missão e funções, no âmbito do sistema do ensino não superior público. Posteriormente, faz uma análise voltada às perceções dos diretores de escola sobre o trabalho inspetivo, “o conhecimento que possuem sobre o papel da inspeção no sistema de ensino; as atividades inspetivas nas escolas e suas práticas; perceber as expetativas dos diretores de escola quanto ao papel da missão e funções da inspeção no sistema de ensino não superior” (Nogueira, 2019, pp. 27-28).

Quanto à perceção dos diretores sobre a atividade inspetiva, no caso do estudo desenvolvido por Nogueira (2019), verifica-se que um grupo de diretores evidencia que o papel da atividade inspetiva quanto a sua missão e funções continuam a confinar-se nos âmbitos de fiscalização e de auditoria nas vertentes pedagógicas e administrativo-financeira e patrimonial. No entender de outros diretores, as ações da inspeção ainda estão assentes numa perspetiva tradicional, como um serviço central, muito distante do contexto das escolas. Logo, a perceção dos diretores pode variar dependendo do contexto, sistema educacional e abordagem de gestão adotada pela escola, no entanto, em geral, os diretores valorizam e reconhecem a importância do trabalho inspetivo como parte do processo de monitoramento e melhoria da qualidade da educação.

O estado da arte aqui sintetizado será desenvolvido e aprofundado nos próximos meses apoiados nos contributos de Ventura (2006), Oliveira e Ventura (2015) e Nogueira (2019), entre outros a serem identificados, analisados e estudados.

Contudo, importa denotar que o quadro teórico deste projeto assentará na avaliação realista (Westthorp, 2014, p. 4), na medida em que a mesma se caracteriza por privilegiar uma perspetiva compreensiva e sinérgica da avaliação e do objeto avaliado, procurando contribuir para se dar resposta às questões: “como e quando é que isto funciona e/ou não funciona, para quem, em que medida, em que aspetos, em que circunstâncias e com que duração”. O aprofundamento deste quadro teórico, nomeadamente dos trabalhos de Westthorp (2014) e outros será prioritário nos meses que se seguem, conforme a descrição detalhada, cronograma e apêndice que se apresentam adiante neste documento.

Objeto de estudo, problema de investigação, questões e objetivos

O estado da arte anteriormente resumido evidencia a necessidade emergente de os gestores escolares encararem a inspeção como agente facilitador do processo educativo. A abordagem desta temática reveste-se de grande importância no contexto angolano por ser um assunto pouco estudado, por permitir recolher representações dos diretores sobre o trabalho inspetivo, mas também por poder contribuir para o conhecimento detalhado da inspeção da educação e sua importância no sistema educativo angolano. O problema de investigação a que se procura dar resposta provém da necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre o que é a inspeção e seus papéis, que representações têm os diretores de escola sobre o trabalho inspetivo e como estes entendem que deveria ser esse trabalho. Pelo exposto, o objeto de estudo consubstancia-se no impacto da ação inspetiva na melhoria da qualidade da educação em Angola, na perspetiva de diretores de escolas do ensino secundário.

Questão de investigação

1. Quais as representações dos diretores das escolas do ensino secundário relativamente ao trabalho inspetivo e aos inspetores?
2. Quais os papéis que, na opinião dos diretores dessas escolas, os inspetores deveriam desempenhar?

No sentido de se dar resposta às questões de investigação formuladas, estabeleceu-se um objetivo geral que se desdobra nos quatro objetivos específicos em seguida apresentados.

Objetivo geral: Contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a importância da ação inspetiva nas escolas.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar as representações de diretores de escolas sobre o papel da Inspeção no sistema educativo;
2. Analisar o grau de compreensão dos diretores sobre as atividades inspetivas nas escolas, sua missão e funções;
3. Conhecer as perceções dos diretores quanto ao grau de importância da atuação da Inspeção no sistema educativo;
4. Contribuir para o conhecimento das funções e missões da atividade inspetiva.

Descrição detalhada do plano do projeto

O presente projeto de investigação está estruturado nas quatro fases seguintes:

Fase 1 – Desenvolvimento do enquadramento teórico e do enquadramento normativo, através da revisão de literatura nacional e internacional focada na inspeção da educação (livros, artigos, dissertações, teses entre outros) e da análise de normativos que regem o sistema educativo em Angola.

Fase 2 – Seleção das escolas (casos de estudo). Através de uma amostra não representativa e por conveniência, serão selecionadas cinco escolas do ensino secundário público. Segundo Coutinho (2014, p. 139), "em estudos qualitativos a amostra é sempre intencional, porque não há qualquer razão para que seja representativa da população". Os critérios de seleção dizem respeito ao fato de serem escolas que durante algum tempo foram consideradas escolas satélites¹, por receberem visitas sistemáticas da inspeção, por se localizarem em zonas urbanas, escolas do ensino secundário, e finalmente pela proximidade com o local de residência do autor e à facilidade nas vias de acesso às mesmas (permitem um fluxo eficiente e seguro de transporte para as escolas). A abordagem investigativa será a de estudos de caso do tipo multicase, por possibilitar o levantamento de evidências importantes e de maior riqueza quando comparado a estudos de casos únicos (Coutinho, 2014; Yin, 2001). O estudo de diferentes casos permitirá aferir o modo de atuação dos inspetores nas escolas secundárias, de acordo com as representações dos diretores dessas escolas. De acordo com Lopes et al. (2016) e Cohen et al. (2003), a conjugação de descrição e interpretação, típica de estudos de caso, possibilitará o estabelecimento de relações de comparação num cenário mais holístico e a vários níveis. Ao reunir dados análogos, pode descrever-se de forma mais eficiente e eficaz as características típicas de cada um dos casos identificados e, dessa forma, compreender o conjunto de casos. Por questões éticas, de acordo ao contexto angolano, o acesso às escolas e aos inspetores, será antecedido por um pedido de autorização ao gabinete provincial da educação, órgão administrativo-político que superintende a gestão do sistema educativo da província. Posterior a esta negociação, segue-se um contacto pessoal ou telefónico

¹ A expansão do ensino em Angola permitiu a criação de escolas qualificadas/modelo para o ensino secundário nas sedes municipais, depois de 2002 (Lopes, Carameto & Correia, 2022)

com cada participante e, adiante, via documental, garantindo todo rigor ético na investigação.

Fase 3 – Recolha e análise de dados. Nesta fase, o objetivo é a recolha de informações através da pesquisa documental (legislação, fichas de visitas da inspeção e de caracterização das escolas), observação direta à atividade inspetiva e realização sobre entrevistas sobre as representações sociais dos diretores acerca do trabalho inspetivo a nível da Província da Huíla. A pesquisa documental sobre a legislação ocorrerá ao longo do percurso desta investigação que já se iniciou, nos arquivos físicos do departamento de inspeção e outras bases de dados disponíveis, as fichas de visitação da inspeção e de caracterização das escolas serão obtidas junto dos inspetores e dos diretores. Serão entrevistados três inspetores (o chefe do departamento provincial de inspeção, um inspetor do município da Matala e outro do município de Caluquembe) e os cinco diretores das escolas selecionadas. As entrevistas ocorrerão de forma presencial ou a distância (Zoom, Google Meet ou Whatsapp) com o objetivo de perceber o modo de atuação dos inspetores nas escolas do ensino secundário, assim como perceber a relação laboral entre estes profissionais. Por meio destas entrevistas pretende-se, ainda, aprofundar as representações dos diretores das escolas sobre os inspetores e o trabalho inspetivo. As entrevistas serão agendadas de acordo com a disponibilidade dos diretores e a gravação do áudio das mesmas será realizada mediante o seu consentimento. Os ficheiros das gravações serão alojados numa pasta OneDrive da conta institucional do investigador, protegida com palavra-passe. Posteriormente as gravações serão transcritas e as transcrições devolvidas aos entrevistados para validação por parte dos mesmos. Obtidas as validações, dar-se-á início ao processo de análise de conteúdo (Coutinho, 2014; Costa & Amado, 2018) e os ficheiros das gravações serão eliminados. Aos entrevistados será solicitado o consentimento informado, livre e esclarecido, respeitando as orientações constantes no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) solicitando-se o parecer favorável do Encarregado de Proteção de Dados da Universidade de Aveiro. Será também respeitada a legislação angolana (Lei n.º 22/11 de 17 junho, que aprova a proteção de dados pessoais). Para o efeito, será apresentado o estudo e seu enquadramento no âmbito do projeto de doutoramento, serão discriminados os

objetivos da entrevista garantindo-se o anonimato dos participantes, bem como serão descritos os fins para os quais serão utilizados os dados recolhidos (apenas investigativos), bem como será dada informação sobre o responsável pela recolha e tratamento dos dados, designadamente sobre a forma como serão armazenados os dados e quando serão eliminados.

Fase 4 – Interpretação dos resultados, conclusão da redação da tese e disseminação do trabalho em revistas e eventos científicos.

Esta fase tem como objetivo analisar e discutir os resultados obtidos durante a investigação. A redação será clara, objetiva e coerente. Os principais resultados da investigação serão apresentados em eventos científicos e publicados em revistas, contribuindo assim para o avanço do conhecimento sobre o trabalho inspetivo nas escolas, contribuir para o aprimoramento das políticas educativas ao identificar possíveis lacunas, ajudar a informar e fortalecer as políticas educativas, garantindo uma educação de qualidade e equidade para todos os alunos. Pretendemos ainda contribuir para ações inspetivas mais efetivas e que a exponenciem o seu impacto ao nível da melhoria da qualidade da gestão e da liderança das escolas intervencionadas, como um dos fatores que contribuem para a melhoria da qualidade do sucesso dos alunos. A investigação terá a duração prevista de 3 anos (36 meses).

Estrutura da tese (provisória) exponenciem

A tese será clássica, constituída por seis capítulos:

Capítulo I – Introdução à investigação

1. Problema e justificação da investigação
2. Questões e objetivos de investigação
3. Breves considerações metodológicas

Capítulo II: Organização do sistema de educação angolano

1. Sistema educativo
2. Políticas educativas
3. Criação das escolas e modelo de nomeação dos diretores

Capítulo III: Inspeção da educação em Angola

1. Surgimento da inspeção da educação
2. Percorso conceptual
3. Enquadramento da inspeção da educação no sistema educativo
4. Áreas e metodologias de atuação dos inspetores
5. Modelo de formação dos inspetores
6. Carreira inspetiva e perfil do inspetor
7. Importância da inspeção no sistema educativo

Capítulo IV: Enquadramento metodológico

1. Paradigma investigativo e tipo de estudo
2. Caracterização dos contextos de estudo
3. Desenho metodológico: estudo de caso do tipo multicaseos
4. Estrutura do trabalho
5. Procedimentos
 - 5.1. Recolha de dados por pesquisa documental
 - 5.2. Tratamento de dados e análise documental
 - 5.3. Recolha de dados por entrevista semiestruturada
 - 5.4. Tratamento dos dados e análise de conteúdo
6. Considerações éticas
 - 6.1. Rigor, viabilidade e confiabilidade da investigação
 - 6.2. Procedimentos e instrução do processo com vista ao cumprimento do RGPD

Capítulo V: Apresentação e discussão dos resultados

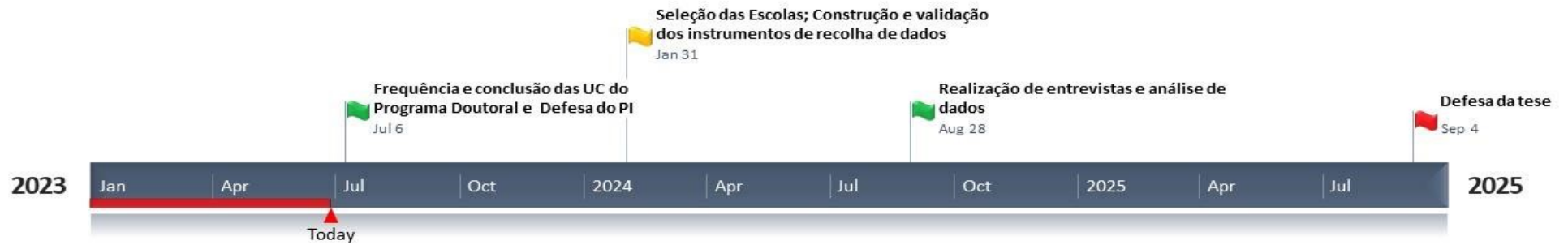
1. Modo de atuação dos inspetores
2. Perceções dos diretores
3. Impacto da atuação da inspeção na gestão das escolas
4. Efeitos da inspeção na qualidade de educação

Considerações finais

Referências bibliográficas

Anexos

Cronograma



Construção do enquadramento teórico de referência, legal e normativo



Seleção das Escolas (estudo de casos); Construção e validação dos instrumentos de recolha de dados



Realização de entrevistas e análise de dados



Interpretação dos resultados, redação da tese e disseminação do trabalho em revistas e eventos científicos



Referências bibliográficas

- Clímaco, M. (2002). A inspeção e a avaliação das escolas. In J. Azevedo (Org.), *Avaliação das Escolas. Consensos e Divergências, Curso de Verão 2001*. Edições Asa.
- Cohen, L. M. (2003). *Research Methods in Education*. Routledge/Falmer.
- Costa, A. P. (2018). *Análise de conteúdo suportada por software*. Ludomedia.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. teoria e prática* (2ª edição). Almedina.
- Lopes, B., Pedrosa-de-Jesus, H., & Watts, M. (2016). The old questions are the best: Striving against invalidity in qualitative research. In J. Huisman & M. Tight (Ed.), *Theory and method in Higher Education Research* 1-22). Emerald Group Publishing.
- Lopes, P. C., Caramelo, J. C., & Correira, L. G. (2022). Educação escolar na região leste angolana: perceções de professores (as) e alunos (as) do ensino secundário sobre o processo da implementação da educação escolar. *Sisyphus. Journal of Education*, 10(01), 127–149. <https://doi.org/https://doi.org/10.25749/sis.26119>
- Lucas, C., & Azevedo, J. J. (2010). A Inspeção da educação em Portugal. *Avances en supervisión educativa. Revista de la Asociación de Inspectores de Educación de España*, 13, 1-19. <https://avances.adide.org/index.php/ase/article/view/451/295>.
- Lucas, C. (2008). A intervenção da Inspeção na Educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42 (1), 5-26.
- Marcelo, S. S., Dalben, A., Arcas, P. H., & Jabif, L. (2012). *Práticas inovadoras de inspeção educativa: Angola. Livro I: Fundamentos teóricos da revitalização da inspeção da educação e Diagnóstico institucional para a melhoria da qualidade educativa*. IPEE-UNESCO.
- Nóbrega, P. J. (2014). *Percepções de professores sobre a inspeção da educação e o efeito no seu desempenho docente. Um estudo em escola*

do II ciclo do Ensino Secundário no Município da Chibia [Dissertação de Mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla.

Nogueira, A. J. A. (2019). *A Inspeção da Educação em Portugal: um estudo com base nas percepções de directores de escolas públicas*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/32305>

Oliveira, D., & Ventura, A. (2015, Julho). *Qualidade da Educação em Portugal: O Papel da Avaliação Externa de Escolas* [Paper presentation]. Educação, territórios e desenvolvimento humano: atas do seminário internacional, Universidade Católica Portuguesa do Porto, Portugal. <https://www.researchgate.net/publication/330874285>

Stufflebeam, D. L., Shinkfield, A. (1993). *Evolución sistémica. Guía teórica e práctica*. Paidós.

UNESCO. (2018). *International Task Force on Teacher Education 2030: Strategic Plan 2018-2021*. UNESCO.

Ventura, A. J. (2006). *Avaliação e inspeção das escolas: estudos de impacte do programa de avaliação integrada* [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/1102>.

Westthorp, G. (2014). *Realist impact evaluation: an introduction*. A Methods Lab Publication. <https://odi.org/en/publications/realist-impact-evaluation-anintroduction/>

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Bookman.

Legislação consultada e outros documentos

CRA. (2010). Constituição da República de Angola.

Decreto Presidencial n.º 222/20 de 28 Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação (2020). Diário da República: I Série – N.º 132. <https://med.gov.ao/ao/documentos/decreto-presidencial-222-20/>

Decreto Presidencial n.º 208/17 de 22 de Setembro, que aprova o Regulamento da Lei da administração local do estado. Diário da República: I Série – N.º 165. <https://dw.angonet.org/forumitem/decreto-na-20817>

Despacho n.º 11/83, de 14 de Julho, que cria a comissão Instaladora da Inspeção da Educação.

Decreto n.º 9/87, de 24 de Janeiro, aprova o estatuto do Ministério da Educação. Diário da República: I Série N.º 7. <https://www.lexlink.eu/conteudo/angola/iaserie/65408/decreto-executivo-no-987/14793/por-tipo-de-documentolegal>

DUDH (1948), Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral da ONU.

Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República: I Série-n.º 170. <https://www.lexlink.eu/codigosimples/geral/639922/lei-de-bases-de-educacao-e-ensino-lei-n-1716-de-7-deoutubro/26797/por-tema>

Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto, que altera a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República: I Série – N.º 123. <https://www.scribd.com/document/472539383/Lei-n-32-20-que-altera-a-lei-17-16-lei-de-bases-do-sistema-de-educacao-pdf#>

Lei n.º 22/11 de 17 Junho, que aprova a proteção de dados pessoais. Diário da República: I Série – N.º 114

PNDE. (2017). Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2017 – 2023 “Educar – Angola 2023”. <https://www.scribd.com/document/459467155/PNDE2017-30-Educar-Angola-2030-9>

Apêndice

Fases	Duração prevista	Questões/ Objetivos	Tarefas	Técnicas de recolha e análise dados	Indicadores
Fase 1 - Desenvolvimento do enquadramento teórico e normativo	janeiro 2023 a dezembro 2023 11 meses.	Analisar os principais documentos de referência sobre a temática (livros, artigos, dissertações, teses e legislação); Aprofundar o quadro teórico sobre avaliação realista; Construir um quadro metodológico de investigação do projeto; Realização da prova pública de defesa do projeto de investigação.	Levantamento bibliográfico para o enquadramento teórico, normativo e metodológico da investigação; Enquadramento minucioso do estado da arte, construção de conceitos e revisão da literatura; Apresentação do projeto à coordenação do DEP; Defesa pública do projeto de investigação.	Revisão de literatura; Pesquisa bibliográfica;	Criação de uma base de dados selecionados; Parecer favorável do projeto de investigação; Redação do enquadramento teórico e normativo da tese.
Fase 2 - Seleção das escolas (estudo de caso - multicasos) Construção e validação dos instrumentos de recolha de dados	junho 2023 a janeiro 2024 7 meses.	Identificar os participantes no estudo; Elaborar o instrumento de recolha de dados.	Seleção dos participantes; Solicitação de autorização ao gabinete provincial da educação para realização do estudo; Manter um contato prévio com os diretores de escola e inspetores da educação e apresentar a pretensão do estudo; Submeter o guião de entrevistas para validação e solicitação do parecer do Encarregado de Proteção de Dados.	Diário; Entrevistas.	Carta de solicitação; Base de dados selecionados; Guião de entrevistas.
Fase 3 – Recolha e análise de dados	fevereiro 2024 a agosto 2024 7 meses.	Caraterizar o trabalho inspetivo e as escolas selecionadas; Caracterizar as representações de diretores de escolas sobre o papel da Inspeção no sistema educativo; Analisar o grau de compreensão dos diretores	Continuação do enquadramento teórico e normativo; Solicitar a autorização para realização da investigação; Assinatura do termo de consentimento livre e informado; Aplicação das entrevistas;	Pesquisa documental; Entrevistas; Observação direta.	Guião de visitas da inspeção; Guião de caraterização das escolas; Gravações das entrevistas.

		<p>sobre as atividades inspetivas nas escolas, sua missão e funções;</p> <p>Conhecer as percepções dos diretores quanto ao grau de importância da atuação da Inspeção no sistema educativo;</p> <p>Contribuir para o conhecimento das funções e missões da atividade inspetiva.</p>	Preparação de artigos e comunicações.		
<p>Fase 4 - Interpretação dos resultados, redação da tese e disseminação do trabalho em revistas e eventos científicos</p>	<p>setembro 2024 a agosto 2025 11 meses.</p>	<p>Analisar as representações dos diretores sobre o trabalho inspetivo e dos inspetores;</p> <p>Analisar a importância do trabalho inspetivo na avaliação das escolas;</p> <p>Propor recomendações para potencializar um trabalho conjunto e profícuo entre diretores e inspetores;</p> <p>Efetuar uma síntese global da investigação;</p> <p>Finalizar a escrita da tese;</p> <p>Submeter a tese para avaliação.</p>	<p>Organização dos dados recolhidos, transcrever e codificar;</p> <p>Efetuar o tratamento, análise e discussão dos resultados;</p> <p>Publicação de artigos;</p> <p>Concluir com a redação da tese;</p> <p>Entrega da tese e defesa pública.</p>	<p>Análise de dados com auxílio do webQDA;</p> <p>Triangulação dos resultados.</p>	<p>Publicação de artigos;</p> <p>Divulgação dos resultados em eventos científicos.</p>